

A reforma pelas letras: o projeto político da revista *Nitheroy* (1836) na consolidação da Independência brasileira*

Pedro Ivo C Teixeira**

Resumo: Este artigo apresenta um estudo sobre as idéias políticas veiculadas por um grupo de intelectuais brasileiros responsáveis pelo surgimento daquela que seria consagrada como a primeira revista romântica nacional: *Nitheroy, revista brasiliense, sciencias, lettras e artes*. Dessa forma, investiga as concepções de identidade nacional apresentadas por um grupo de intelectuais, comprometidos com um projeto de consolidação da Independência, a partir da investigação dos significados emprestados ao periódico em análise pela historiografia brasileira.

Palavras-chave: História Intelectual, independência, século XIX, literatura romântica, revista *Nitheroy*.

Abstract: This article presents a study on the political ideas transmitted by a group of responsible Brazilian intellectuals by the appearance of that that would be consecrated as the first national romantic magazine *Nitheroy, revista brasiliense, sciencias, lettras and artes*. In that way, it investigates the conceptions of national identity presented by a group of intellectuals, committed with a project of consolidation of the Independence, starting from the investigation of the meanings lent to the newspaper in analysis for the Brazilian historiography.

Keywords: Intellectual history, independence, century XIX, romantic literature, reviewed *Nitheroy*.

“*Tudo pelo Brasil e para o Brasil*”. Essa devotada e patriótica sentença, cujo conteúdo facilmente poderia ser identificado com as campanhas de apelo nacionalista patrocinadas pelo Estado ao longo do século passado, encontra-se expressa nos dois volumes de um importante periódico publicado na primeira metade do século XIX. A mencionada publicação, editada em Paris, no ano de 1836, por *Dauvin et Fontaine* e, impressa na *Imprimerie de Baulé et Jubin*, recebeu um sugestivo nome¹ cujo significado estabelece vinculação com seus propósitos editoriais: *Nitheroy, revista brasiliense sciencias, lettras e artes*².

No comando desse periódico, atuando ao mesmo tempo como redatores e editores³, encontra-se um grupo de três estudantes brasileiros que foram a Paris complementar seus estudos. Segundo eles seus únicos incentivos para a realização dessa empresa foram “o amor do país, e o desejo de ser útil aos seus concidadãos”⁴. Esse grupo, após uma primeira Memória coletiva apresentada junto ao Instituto Histórico de Paris em 1834, assume o projeto de editoração de uma revista destinada ao Brasil e, portanto, a um público de língua portuguesa.

Nos últimos anos da década de 1830, referindo-se a esse seleto grupo de estudantes, Eugéne Garay de Monglave, fundador do Instituto Histórico de Paris e, mais tarde membro do Instituto Histórico Brasileiro, lamentava a ausência em solo francês desse “pequeno grupo de jovens do trópico que nossa França abrigou sob suas asas hospitaleiras.”

Monglave se referia a Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto alegre e Francisco Sales Torres Homem. Abrigados sob as “asas hospitaleiras” da capital francesa de 1833 a 1836, os jovens estudantes, que participando do movimento de formação do Instituto Histórico de Paris tornaram-se sócios fundadores, promoveram um fértil encontro cujo resultado contribuiu decisivamente para a formação do pensamento brasileiro.

Geralmente identificada com a inauguração do movimento romântico, a partir da publicação do poema de Magalhães⁵, a contribuição do chamado Grupo de Paris, sobretudo após o surgimento da revista *Nitheroy*, ultrapassa as fronteiras da atividade literária em si, para se inserir no amplo quadro de formatação da inteligência brasileira.

Com isso, ainda que a renovação literária proposta por Magalhães seja identificada com uma nova etapa da história da literatura brasileira, os significados do conjunto de ações, promovido por esse grupo, não pode ser mensurado exclusivamente por seus atributos literários. Em outras palavras: além dos trabalhos realizados por eles na Europa extrapolarem os limites do campo literário, a própria contribuição à história da literatura se insere em um quadro amplo de transformações sociais e políticas experimentadas no Brasil no início do século XIX.

Analisando o processo de implantação do Império entre nós, o historiador Sérgio Buarque de Holanda, em artigo publicado na *História Geral da Civilização Brasileira*, busca entender o processo de ruptura do pacto-colonial entre o Brasil e sua metrópole, a partir de uma distinção sutil entre os conceitos de aspiração de independência política e desejo de unidade nacional.

Não parece fácil determinar a época em que os habitantes da América lusitana, dispersos pela distância, pela dificuldade de comunicação, pela mútua ignorância, pela diversidade, não raro, de interesses locais, começam a sentir-se unidos por vínculos mais fortes do que todos os contrastes ou indiferença que os separam, e a querer associar esse sentimento ao desejo de emancipação política. No Brasil, as duas aspirações – a da independência e a da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas.⁶

O texto de Holanda suscita inúmeras questões relacionadas à formação social do Brasil e sua caracterização entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Segundo o historiador a análise da sociedade colonial brasileira não apresenta elementos que avalizem a

identificação de interesses comuns que despertem o desejo de autonomia política. Mesmo as sublevações e as conjuras nativistas, presentes desde o século XVI, representam apenas manifestações desconexas da antipatia que situa em lados opostos o português da Europa daquele ambientado na América e, portanto, não permite uma análise que tenda a superar os simples âmbitos regionais.

Ainda que o autor não pretenda estipular o exato momento no qual os habitantes da América portuguesa conjuguem esforços comuns para o processo de emancipação política, ele enxerga nas profundas transformações ocorridas entre a transferência da corte portuguesa para terras tropicais em 1808 e o 7 de setembro, um indício para o desenvolvimento desse desejo.

As críticas às contradições do sistema colonial português ganhavam novas roupagens a partir de 1808 com a transferência da corte para o Rio de Janeiro. Em um primeiro momento a repentina mudança no estatuto da antiga colônia de Portugal acalma os ressentimentos nativistas e, em parte, atende às reivindicações liberais dos súditos americanos.

Os sentimentos de vassalagem dos fluminenses não se medem exclusivamente pelos muito e gordos donativos feitos ao erário real. Outros registros há de situações, na maior parte festivas, em que os grandes do Rio de Janeiro comungam com o rei sua felicidade. A própria chegada da família real, todos os casamentos, batizados, conquistas militares e ensejos políticos foram marcados por demonstrações de contentamento dos fluminenses. Essas públicas manifestações, conquanto muitas vezes ordenadas em editais e proclamas – e portanto de espontaneidade relativa-, tinham como estratégica acionar todos os sentidos dos espectadores com as repetidas salvas de artilharia e repiques de sinos das igrejas, os artefatos luminosos das girândolas, transparências e fogos de artifício, as ornamentações nas janelas dos sobrados, chuvas de flores e queimas de incensos.⁷

Portanto, a transferência da administração central do governo português para a América gera uma série de transformações que engendraria uma nova ordem no cotidiano da vida colonial. A nova organização exigida pela presença física do Estado português provocou inúmeras alterações de caráter político, econômico, social e administrativo. Buarque de Holanda visualiza uma articulação entre as inovações que se articulam e as transformações do final do século XVIII quando várias mudanças se processavam com a nova economia da mineração.

Dentre as inúmeras novas práticas sociais, produtos dos complexos processos sociais advindos da nova organização da economia colonial, situa-se o surgimento de uma elite letrada que enxergava nas instituições educacionais da Europa, o local adequado para a formação intelectual de seus filhos. Além disso, o contato com a Europa civilizada, suas

práticas políticas, suas idéias avançadas e sua tecnologia, seria produtivo e fundamental na composição de jovens preparados e ilustrados.

Os estudantes, que a partir da segunda metade do século XVIII completam seus estudos na Europa, regressam ao Brasil trazendo na bagagem as idéias liberais que marcaram o cenário europeu nesse período. O contato com a Imprensa livre, com a liberdade de publicação editorial, com a grandiosidade das universidades do além-mar e com a literatura romântica, infundiu nas jovens mentes o ideal da liberdade que iriam a partir de então professar no Brasil. As restrições a todas as formas livres de expressão dos pensamentos que anulavam no Brasil a possibilidade de expandir seus estudos e exhibir suas idéias, leva essa geração de estudantes a lutar, ainda que sem a definição de um projeto em comum, por seus ideais de liberdade.

Os trabalhos de homens como Hypólito da Costa e Francisco Silva Lisboa, constituiriam um dos efeitos provocados pelas mudanças operadas na sociedade colonial brasileira a partir da economia mineradora. Tais transformações seriam sentidas com maior profundidade e alcance com a vinda da família real e com a conseqüente abertura e nova configuração dos laços coloniais que uniam Brasil a Portugal.

Quando o príncipe regente se trasladou em 1807 para a América, a impressão geral, a que ele dera aliás corpo no seu primeiro manifesto, fora de que tinha ido criar um novo império. Rei do Brasil denominava-o numa das suas primeiras cartas para o Rio D. Domingos de Souza Coutinho, o qual figurava no Annual Directory como representante diplomático do Brasil, não mais de Portugal. E o príncipe regente partira decidido não somente a se transformar em monarca transatlântico, como a dilatar as fronteiras da sua monarquia.⁸

O estudo dos impactos provocados pela chegada da Corte de Lisboa suscita inúmeras reflexões. Em primeiro lugar a viagem de D João VI insere-se em um amplo quadro das relações políticas e diplomáticas no continente europeu durante a chamada Era Napoleônica. A mudança da administração colonial, embora já houvesse sido cogitada como possibilidade em várias ocasiões e por diferentes motivos, ocorre a partir de uma viagem iniciada em 29 de dezembro de 1807, constituindo-se como uma resposta a uma necessidade imediata: salvaguardar o Império Português da instabilidade provocada pela política expansionista de Napoleão Bonaparte.

A fraqueza de Portugal no meio de tantas potências incomparavelmente superiores e em face das repetidas complicações européias, já havia feito conceberem aquele pensamento o maior diplomata e o maior estadista do reino depois da restauração, D. Luiz da Cunha e Pombal. Ainda antes, a ida para o Brasil fora aconselhada ao prior do Crato por ocasião da irresistível invasão do duque d'Alba, e tinham Dom João VI, a rainha Dona Luiza de Gúzman e o padre Antonio Vieira acariciado semelhante idéia diante da persistente guerra de reivindicação espanhola.⁹

O fato em si atesta a debilidade portuguesa tanto no que se refere a oferecer resistência à entrada das tropas francesas em território peninsular, quanto em evitar a ingerência de outros países, no caso específico a Inglaterra, na condução de sua política externa.

Não foi apenas no momento decisivo da partida que a diplomacia inglesa procurou, por intermédio do Governo português, esboçando ameaças que foram apresentadas por Lord Strangford, tirar partido supra europeu da transferência da Corte; muito antes (...) a Inglaterra manifestou o desejo de ter o predomínio comercial em todo o Atlântico ocidental, com um porto cedido por Portugal e tarifas aduaneiras preferenciais.¹⁰

De qualquer maneira a mudança para terras americanas exigiu um esforço significativo da colônia que teve de criar condições para sediar o Império Português. As primeiras mudanças significativas ocorrem no tocante à própria organização física do Rio de Janeiro, cidade que contando à época aproximadamente 45 mil habitantes, recebe de uma só vez alguns de milhares de hóspedes¹¹ a princípio provisórios. A cidade assiste então a uma reorganização de sua geografia física e humana: canalizações de córregos, iluminação de ruas, construção de aterros, novos prédios, pontes e estradas, além de requintadas construções que fossem adequadas à nobreza europeia.

Opera-se uma intensa reconfiguração das paisagens e usos sociais da cidade: a organização de festas e a celebração de cerimônias oficiais passavam a oferecer aos súditos uma visão inédita do poder real, bailes, óperas e jantares aristocráticos reforçaram os signos públicos de distinção social. Na administração pública, inúmeros órgãos foram criados ou simplesmente reproduzidos na nova sede do Império. Funda-se o Conselho Supremo Militar, a Academia dos Guardas da Marinha e, como órgão fiscalizador das práticas e hábitos dos habitantes do Rio de Janeiro, surge a Intendência Geral de Polícia. Ademais, órgãos como a Casa de Suplicação, responsável pela justiça, já presentes em Portugal, passa a funcionar por aqui.

Fato importante encerra-se na presença física do aparelho de Estado Português que inaugura uma nova realidade política que exercerá influência definitiva sobre a mentalidade e visão dos brasileiros acerca dos seus soberanos.

A vinda da Corte, se tem por onde afagar a vaidade brasileira, põe a descoberto, de outro lado, com o imenso séquito de funcionários, fâmulos e parasitas que a acompanharam, a debilidade de um domínio que a simples distância aureolava, na colônia, de formidável prestígio. Além disso, a presença, agora e, naturalmente o convívio e trato forçado, de numerosos estrangeiros, nos ramos mais diversos de ocupação, há de ajudar os naturais, mesmo quando procedam das classes ínfimas, a julgar os seus dominadores com melhor senso da realidade.¹²

Todas essas transformações provocam o que o historiador Sérgio Buarque chama de um segundo descobrimento do Brasil. A tese do historiador sustenta que desde o século XVI nunca o país havia despertado o interesse de tantos geógrafos, economistas, naturalistas ou simples viajantes os quais virão conhecer as características da colônia para depois divulgá-las pelo mundo.

Nos anos que separam o desembarque de 1808 do grito do Ipiranga, o Brasil passa novamente a empolgar o olhar dos estrangeiros e a reaparecer, retratado com graça e gentileza, nos escritos e quadros dos viajantes que passaram pelo novo mundo. Nessa empolgação, acabam por se deixar contagiar também os naturais, em um processo que na avaliação de Buarque de Holanda, contribuiu de certa forma para acelerar o processo de emancipação política.

A partir da década de 1820, registrado em uma série de debates travados, na Imprensa e no Parlamento, surge como resposta à urgência em se estabelecer claramente os aparelhos administrativos, as regras de participação política, o modelo de organização estatal, enfim, a estruturação do Estado em si. As discussões sobre o elemento servil, sobre as regras eleitorais, a organização do Parlamento, dos serviços públicos, procuram respostas “à preocupação central que era a organização do Estado em seus aspectos político, administrativo e judicial”¹³.

As propostas apresentadas não compunham um corpo teórico único ou homogêneo. Ao contrário, após 1822 e a adoção do modelo monárquico, observa-se um período de instabilidade e ebulição ideológica. O primeiro reinado marcado pela ausência de coesão política e pelo autoritarismo absolutista de Pedro I, representa uma fase de disputas que serão traduzidas no descontentamento de setores da elite brasileira.

Os embates ideológicos que marcaram o governo de Pedro I representam as inúmeras correntes que disputam o controle político no projeto de edificação do Estado. Tais disputas encerram em si a luta pela hegemonia no cenário brasileiro e as intensas reivindicações para a organização de um Estado liberal nos moldes dos princípios iluministas.

Além disso, as correntes liberais (constitucionais) que queriam limitar os poderes do Imperador brasileiro encontravam importantes avalistas nas Revoluções liberais que assolavam a Europa na década de 1820. Esses movimentos não se restringem ao continente europeu e fazem eco em outros movimentos como os de independência observados na América no início do século XIX¹⁴.

Nesse sentido podemos apontar que os debates travados a partir da década de 1830, momento de aprofundamento do processo de independência ganham novos contornos ao

assimilarem questões relacionadas à idéia de nação. Ainda que a questão da nação apareça com mais vigor a partir de 1870, podemos detectar uma intensa preocupação em se construir valores e significados que emprestem representatividade ao Estado em construção.

Dessa forma no final da década de 1830 uma geração de intelectuais procura, com suas ações, discutir a nação e suas representações. Podemos perceber uma série de novos debates que revelam em seus temas essa preocupação: a estruturação de uma literatura genuinamente nacional, valores brasileiros, a língua nacional, as artes e as ciências no Brasil, etc.

Com a proclamação da Independência, que nova época de glória, esplendor e prosperidade marcou nos anais do mais heróico povo do Novo Mundo, vasto campo se abriu à pátria literatura. Com a luz que derrama o farol de nossa liberdade lá se esvaecem as trevas da torva ignorância; difundem-se por todos os ângulos do nascente império as ciências, as artes e as letras; e em tempos de tanto entusiasmo, - passados tempos, que não mais veremos!- a poesia se elevou para celebrar os feitos gloriosos dos defensores da pátria e cantar a independência da nação, proclamada nos saudáveis campos do Ipiranga por um Príncipe magnânimo, que trocara o sôlio dos Afonsos pelo trono americano.¹⁵

Os debates sobre a organização do Estado em si acabam por revelar uma concepção de Pátria, de nação. Quando a geração de intelectuais do período que se estende de meados da década de 1830 até a década de 1860 se questiona sobre a existência de valores pátrios ou nacionais, as respostas por ela apresentadas têm o intuito de edificar uma idéia de nação. Em um processo de invenção e reinvenção do Brasil tal idéia ganha ou perde atributos em decorrência do projeto político-social que se quer construir ou, que se quer descartar.

O questionamento sobre a existência de uma literatura nacional ou de uma língua brasileira, por exemplo, sinaliza uma preocupação com os valores locais a partir de uma oposição aos valores herdados da metrópole portuguesa. Nesse sentido percebe-se nos discursos dessa geração uma retomada de determinados símbolos, como por exemplo, elementos pré-coloniais (sociedades indígenas) ou ainda, elementos da paisagem natural (flora e fauna) que buscam edificar uma simbologia própria dos valores locais.

No Brasil Oitocentista, a complexidade da vida civil desponta com a fabulação da natureza romântica que se segue como modelo da identidade nacional, através da linguagem acadêmica. Origem e liberdade, mitologia e símbolo de raízes culturais projetam no tempo passado o marco da moderna utopia da origem, propondo com as imagens do índio, uma essência mítica para a história emergencial, através de uma ótica sentimental.¹⁶

Com esse propósito a construção de uma simbologia que empreste representatividade aos Estados Livres que se formam na América, processa-se a partir de significados e atributos

criados com o intuito de justificar uma contradição entre os valores europeus e os valores do novo mundo.

Analisando o cenário da produção literária, Wilson Martins nos mostra que a década de 1850 representa o momento em que a literatura brasileira se encontra em uma encruzilhada. Buscando definir os traços básicos do processo de formação da sociedade brasileira e representando mais uma face do processo de construção da idéia de nacionalidade no Brasil, opunham-se no campo temático das obras literárias as tradições ligadas ao velho mundo, ao colonizador e, de outro lado, ao novo mundo, à contribuição dos aborígenes¹⁷.

A temática e a estética da literatura brasileira apresenta o encontro de dois universos, do qual resultará a síntese brasileira como sendo um produto do choque entre a tese americana e a antítese européia, entre a tese do passado e a antítese do presente, entre a nação e a colônia, entre o exotismo e o cosmopolitismo.

Certamente ainda que não se possa afirmar que o Brasil tenha sido postulado como nação nas décadas de 1830 ou 1860, os embates travados no ambiente político, ostentados por uma elite intelectual, revelam uma preocupação intensa com a invenção de um novo Brasil, um Brasil diferente, autônomo e com características próprias: um Brasil americano que aparece plasmado nas páginas da revista Nitheroy.

Traduzindo as inquietações de uma geração de intelectuais brasileiros que procuram definir os contornos da nação, as idéias de Gonçalves de Magalhães, expostas naquela revista em 1836, constata-se a existência de um novo paradigma ao afirmar que “(...) com as mudanças e reformas que tem experimentado o Brasil, novo aspecto apresenta a sua literatura. Uma só idéia absorve todos os pensamentos, uma nova idéia até ali desconhecida, é a idéia de Pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome”¹⁸.

No período entre a década de 1830 e 1860 surgem, como meios de divulgação de idéias e centro dos debates políticos brasileiros, inúmeros veículos de comunicação com o intuito de dar vazão às concepções dessa mesma elite intelectual. São desse período revistas como a já citada Nitheroy (1836), O Beija-Flor (1830-1831), a revista do IHGB (1839), Ostensor Brasileiro (1845-1846), O Americano (1847-1851), A Marmota (1849-1861), A Guanabara (1849-1856), O Progresso (1846-1848), Correio Mercantil (1843-1868), a Minerva Brasiliense (1843-1845), entre outras.

No comando desses periódicos, ou atuando como colaboradores dos mesmos, encontramos um grupo de literatos, artistas, políticos, advogados, enfim, o grupo de intelectuais que se confunde com a chamada geração romântica. Fazem parte desse grupo homens que tiveram uma intensa atuação intelectual e política, chegando alguns a ocuparem

cargos públicos ou eletivos. Destacam-se entre outros, Gonçalves de Magalhães, Francisco Sales Torres Homem, Manuel de Araújo Porto alegre, João Manuel Pereira da Silva, José Inácio de Abreu e Lima, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Norberto de Souza e Silva e Santiago Nunes Ribeiro.

Os trabalhos produzidos por esses homens foram pouco estudados, ou melhor, foram analisados quase que exclusivamente a partir da ótica literária. Com isso existe uma significativa ausência de estudos que busquem desvendar as idéias políticas dessa geração. As publicações de natureza política e a atuação parlamentar da geração romântica não foram colocadas sob as lentes da historiografia que deixou a análise desses trabalhos para o campo dos estudos da literatura.

As idéias políticas, engendradas por esse grupo, ganham vulto em detrimento da análise puramente estética. Com isso a compreensão do pensamento não se processa de forma independente, mas, articulado à sociedade e à época no qual é produzido. Além disso, ao situar sob as lentes da historiografia os trabalhos elaborados por esses estudantes brasileiros, durante suas permanências em terra estrangeira, propõe-se uma nova abordagem no estudo de objetos freqüentemente identificados com outros campos de análise.

Com o subsídio do negociante brasileiro Manuel Moreira Neves¹⁹, o Grupo de Paris apresenta aquela que seria identificada como a primeira revista romântica da literatura brasileira. Essa identificação, ocorrida ainda no século XIX, justifica-se, em boa medida, em virtude do artigo²⁰ publicado por Gonçalves de Magalhães, acerca do estado da literatura do Brasil, ter alcançado o status de estopim de um amplo processo de renovação cultural.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda se o volume de poesias²¹ publicado por Magalhães em 1836 quisera, ao mesmo tempo, ser o nosso Prefácio de Cromwell²² e o grito do Ipiranga da poesia, o manifesto que no mesmo ano publicava esse autor na revista Nitheroy, refletia em um só movimento as duas aspirações. Para Buarque de Holanda essas aspirações devem ser entendidas em função do impacto ocasionado com a difusão das idéias de Gonçalves de Magalhães.

*Com o aparecimento de Magalhães enunciam-se assim três sucessos de maior importância para o desenvolvimento ulterior de nossa literatura. É ele, a um só tempo, o pioneiro do nacionalismo literário entre nós (teoricamente do próprio indianismo romântico), o arauto do Romantismo brasileiro e finalmente, mas ‘not least’, da orientação francesa de nossa vida espiritual, orientação que ainda prevalece nos dias atuais.*²³

A análise proposta pelo historiador ressalta uma dupla intenção no manifesto de Gonçalves de Magalhães ao mesmo tempo em que elucida as funções desempenhadas por

esse autor no universo cultural brasileiro. Por um lado o manifesto pretende representar o grito do Ipiranga da poesia, libertando-a do jugo das tradições classicistas da literatura portuguesa e, instaurando um novo conjunto de valores e idéias. Nesse sentido Magalhães exerce, na análise de Holanda, a primeira de suas funções, tornando-se o pioneiro do nacionalismo literário entre nós.

De outra forma, o manifesto de Magalhães intenta apresentar, como o Prefácio de Cromwell, novos caminhos pelos quais deve a literatura caminhar. Essa aspiração exige o exercício, por parte de Gonçalves de Magalhães, de duas atividades distintas: é o arauto do Romantismo brasileiro e da orientação francesa de nossa vida espiritual.

Ora, as análises do historiador Sérgio Buarque de Holanda, embora estipulem distinções nítidas nos papéis desempenhados por Gonçalves de Magalhães, apontam a existência, na obra desse autor, de “uma zona onde a literatura confina com a política, sem que as separe uma linha muito nítida”.²⁴ Da mesma forma, ainda segundo Buarque de Holanda, a compreensão do romantismo brasileiro não se pode processar a partir do entendimento desse, exclusivamente, como escola literária.

*Ao lado de nosso romantismo e inseparável dele existiu no Brasil todo um cortejo de formas e de idéias que convém pôr em relevo para a boa inteligência desse movimento, mas que não pertence, em verdade, à história da literatura. Houve uma política, uma sociedade, um clero obediente à mesma inspiração que animou aquela escola de poetas, e é explicável assim que tratassem de conformar aos seus ideais o nosso povo, enquanto este foi matéria plástica e maleável. A imagem que assim fabricaram ainda vive conosco e está vinculada ao que prezamos por mais nosso, mais isento dos contatos de fora.*²⁵

Logo, o manifesto publicado por Gonçalves de Magalhães, bem como o próprio movimento romântico, devem ser entendidos em uma dimensão histórica e, não apenas em função das análises literárias sobre tais objetos. No entanto, a crítica, ao consagrar o ensaio de Magalhães como o Manifesto romântico brasileiro, constituiu uma idéia que se vem cristalizando na estrutura periodizada da nossa literatura.

Desde o aparecimento dos dois volumes da Nitheroy “sua presença tem sido obrigatória nos anais de literatura”²⁶. Ainda assim, embora inúmeras referências tenham sido feitas, pelos historiadores da literatura brasileira à Nitheroy, segundo o crítico Antônio Soares Amora, “tais referências insistem no papel desse periódico no processo de formação de nosso movimento romântico”²⁷.

A crítica ponderada do professor Soares Amora antes de negar as funções desempenhadas pela revista Nitheroy na formação do romantismo brasileiro, pretende ampliar

as análises sobre esse periódico. Para ele os estudos empreendidos sobre a revista foram realizados sob uma perspectiva restritiva. Ou seja, as análises, tradicionalmente realizadas, desprezaram o significado histórico, a inserção da publicação no periodismo internacional e o conjunto dos trabalhos apresentados, para se debruçarem exclusivamente sobre as funções literárias desempenhadas pela revista. Em outras palavras: ocorre uma cristalização da idéia de que o “manifesto romântico” de Magalhães encerra em si os possíveis significados e valores da revista Nitheroy.

As observações do professor Antônio Soares Amora nos conduzem a duas questões distintas. Em primeiro lugar ao analisar a Nitheroy, exclusivamente a partir dos significados do trabalho de Magalhães, a crítica exclui outras perspectivas de análise sobre o conjunto do periódico, naturalizando-o como objeto dos estudos literários. Em segundo plano, essa perspectiva reduz a riqueza documental da citada revista negando a condição de objeto de estudo aos demais trabalhos publicados na Nitheroy.

Na visão do crítico é necessário ir além. É fundamental “entrar no estudo da significação dessa revista no periodismo nacional e mesmo estrangeiro da época, e na análise de seus propósitos e de seu conteúdo”²⁸. Essa reivindicação, ainda na análise de Soares Amora, se justifica na medida em que, sem embargo de ter representado um fator do romantismo no Brasil, a Nitheroy constituiu-se como um índice de um modelo de renovação cultural que seus jovens redatores queriam introduzir no país.

Segundo a historiadora Maria Orlanda Pinassi ao assumir a tarefa de realizar uma reforma cultural no Brasil, a Revista Nitheroy se torna emblemática das características que simbolizam a recente transição política. Nas palavras da autora, “os jovens idealizadores mais conhecidos da revista – Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto alegre e Francisco Sales Torres Homem – aceitaram o desafio de decodificar e criticar a superficialidade política do rompimento com o pacto colonial, publicando um dos registros mais interessantes dessa fase particularmente rica da história brasileira”²⁹.

Os propósitos da empresa editorial, expressos na apresentação do primeiro volume, acenavam com esse amplo processo de renovação cultural. Na visão dos jovens redatores era necessária uma obra periódica que

*desviando a atenção pública, sempre ávida de novidades, das diárias e habituais discussões sobre cousas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, os acostumassem a refletir sobre objetos do bem comum, e de glória da Pátria*³⁰.

Para seus autores, isso seria alcançado a partir da publicação de “considerações sobre todas as matérias que devem merecer a séria atenção dos brasileiros”³¹.

Com esse intuito, antes de ceder “à facilidade de transcrição de abundante material encontrável em revistas e jornais semelhantes”³², a Nitheroy, embalada por seus propósitos patrióticos, representou uma publicação de amplo espectro temático e de natureza programática. Na concepção de seus editores, o movimento de emancipação havia inaugurado um complexo processo cujas conseqüências atingiriam os mais variados níveis da vida brasileira. Diante desse quadro seria necessário apresentar um projeto cultural, político e literário, sintonizado com a nova realidade da Independência.

É essa percepção, de que às transformações operadas no campo político corresponderiam mudanças iguais no campo cultural, que lança as bases do projeto da revista Nitheroy e, de certa forma, do incipiente movimento romântico brasileiro. Segundo Antonio Candido ainda que fiquem indicadas certas linhas consideradas pré-românticas, expressas nas vagas e contraditórias manifestações da Sociedade Filomática, na nostalgia de Borges de Barros ou ainda no cristianismo lírico de Monte Alverne, só se pode falar de renovação cultural, de literatura nova, a partir do grupo da Nitheroy.

Reunidos em Paris, esses jovens brasileiros entraram em contato com as novas orientações literárias, “cabendo certamente a Magalhães a intuição decisiva de que elas correspondiam à intenção de definir uma literatura nova no Brasil, que fosse no plano da arte o que fora a Independência na vida política e social”³³.

Geralmente atribuída a Gonçalves de Magalhães, essa primeira noção acerca da necessidade de reformar o panorama cultural brasileiro modela a estrutura temática da Nitheroy conduzindo seus jovens editores a elaborarem uma revista cujo conteúdo fosse

*de alto interesse para o que sentiam ser (como de fato era) o momento nacional, gravemente crítico, porque, se de um lado vínhamos tomando, desde a Abdicação de Pedro I, em 1831, a responsabilidade total dos destinos do país, de outro exauríamos todas as energias nacionais e arrefecíamos todos os entusiasmos patrióticos, numa crise política que parecia não ter solução, no regime regencial vigente, e, mais grave ainda, punha em perigo a unidade e a sobrevivência nacionais.*³⁴

Dessa forma a revista Nitheroy surge com o objetivo de superar a mencionada crise política, a partir do cultivo das letras e das artes em geral. Os estudantes brasileiros em Paris, entusiasmados com a promessa de prosperidade plena, que assinala as primeiras décadas do século XIX, propõe um projeto no qual se visualiza as possibilidades de progresso partindo-se da inserção do Brasil no universo civilizado ocidental.

A iniciativa editorial capitaneada por Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto alegre e Sales Torres Homem, embora limitada a dois números, com 188 e 264 páginas, respectivamente, viu seus ambiciosos propósitos lograrem êxito, na medida em que inaugurou uma nova fase no pensamento brasileiro.

Em instigante artigo publicado no ano de 1857, portanto, duas décadas depois da publicação da *Nitheroy*, Macedo Soares, sustentando as mesmas idéias propostas pelos editores dessa publicação, identificava a disposição de renovar a cultura brasileira, bastando apenas “inteligência culta, imaginação viva, sentimentos e linguagem expressiva, eis os requisitos subjetivos do poeta; tradição, religião, costumes, instituições, história, natureza, eis os materiais”³⁵. Ao longo de seu trabalho ele propõe uma fórmula com o intuito de dotar o Brasil de uma literatura que exprimisse de maneira adequada a sua própria realidade.

Os costumes são, se assim me posso exprimir, a cor local da sociedade, o espírito do século. Seu caráter fixa-se mais ou menos segundo as crenças, as tradições e as instituições de um povo. Eles devem transparecer em toda a poesia nacional, para que o poeta seja compreendido pelos seus concidadãos. Quanto à natureza, considerada como elemento da nacionalidade da literatura, onde ir buscá-la mais cheia de vida, beleza e poesia (...) do que sob os trópicos? Em suma: despir de andrajos e falsos atavios, compreender a natureza, compenetrar-se do espírito da religião, das leis e da história, dar vida às reminiscências do passado; eis a tarefa do poeta, eis os requisitos da nacionalidade da literatura.

No entendimento de José Veríssimo, o projeto político e estético apresentado nas páginas da *Nitheroy* assinala a emancipação literária brasileira na medida em que as letras cultivadas no Brasil passam a representar “a expressão de um pensamento e sentimento que não se confundem mais com o português, e em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa”³⁶.

Na avaliação de Veríssimo, ainda que se possa sentir na poesia brasileira do final do século XVIII algo que a separe da portuguesa, “por um ou outro poema em que se revê à influência americana”³⁷, somente com o grupo da *Nitheroy* se pode detectar uma inspiração oriunda de um consciente espírito nacional. Com isso, apesar das obras produzidas entre a segunda metade do século XVII e o início do século XVIII ostentarem um certo apreço e entusiasmo pelas excelências naturais da terra brasileira, não se pode apontar a existência de um sentimento literário autônomo.

Esse sentimento, de liberdade literária, surge, na compreensão de Veríssimo, a partir do romantismo o qual produziu uma literatura ostensivamente nacionalista. Procurando definir os traços básicos do romantismo entre nós, o crítico nos alerta para o fato de ser esse

movimento mais do que uma escola literária: o romantismo foi uma forma de pensamento geral.

Principalmente assinalaram o nosso romantismo: a simpatia com o índio, a intenção de o reabilitar do juízo dos conquistadores e dos nossos mesmos patrícios coloniais, o errado pressuposto de ele ser o nosso antepassado histórico, o amor da natureza e da história do país, encarados ambos com sentimentos e intenções estreitamente nativistas, o conceito sentimentalista da vida, o propósito manifesto de fazer uma literatura nacional e até uma cultura brasileira.³⁸

Conjugando basicamente os mesmos princípios para o entendimento desse amplo movimento cultural, a clássica análise do professor Antônio Candido, apresentada em um estudo mais elaborado, aponta que ao longo das primeiras décadas do século XIX, embora não se perceba uma ruptura evidente com os aspectos básicos do movimento arcádico, inaugura-se uma nova maneira de expressão cultural graças a dois fenômenos: à Independência política e ao Romantismo. Para Candido esse novo projeto cultural surge a partir da Independência a qual contribuiu de maneira decisiva no desenvolvimento da idéia romântica. São três os elementos elencados por Antonio Candido na nova conformação cultural.

- a) desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos, agora reputados de primeiro plano, como o orgulho patriótico, extensão do nativismo;*
- b) desejo de criar uma literatura independente, diversa, não apenas uma literatura, de vez que, aparecendo o classicismo como manifestação do passado colonial, o nacionalismo literário e a busca de modelos novos, nem clássicos, nem portugueses, davam um sentimento de libertação relativamente à mãe-pátria,*
- c) a noção já referida de atividade intelectual não mais apenas como prova de valor do brasileiro e esclarecimento mental do país, mas tarefa patriótica na construção nacional.³⁹*

É válido observar que esses elementos representam no estudo de Antonio Candido uma redefinição de posições análogas do Arcadismo. Sua identificação atende aos propósitos do autor de determinar “a ruptura entre os dois períodos que integram o movimento decisivo da nossa formação literária, acentuando os traços originais do período novo”⁴⁰. Essa ruptura, situada entre o passado colonial e a nova realidade inaugurada a partir da Independência, simboliza a adoção de um conjunto de elementos que encerram em si um amplo movimento de renovação cultural.

Genericamente designada por Romantismo, essa renovação cultural encontra suas raízes na confluência de inúmeros fatores internos e externos. Essa convergência possibilitou o surgimento de uma reforma que buscou identificar as tendências locais a partir da definição de uma fórmula de fundação da cultura brasileira: a expressão nacional autêntica.

Os contemporâneos intuíram ou pressentiram esse fato, arraigando-se em consequência no seu espírito à noção de que fundavam a literatura brasileira. Cada um que vinha – Magalhães, Gonçalves Dias, Alencar, Franklin Távora, Taunay – imaginava-se detentor da fórmula ideal de fundação, referindo-se invariavelmente às condições previstas por Denis e retomadas pelo grupo da Nitheroy: expressão nacional autêntica.⁴¹

Portanto, essa renovação cultural que se inicia na primeira metade do século XIX, pretende inaugurar a cultura brasileira a partir da definição autêntica dos valores e costumes nacionais. Essa definição, no entendimento da intelectualidade contemporânea, representava a reforma em si, na medida em que abandonava os valores coloniais herdados da antiga metrópole para exaltar a nova realidade independente da nação que se formava.

A nova conformação cultural exigia em função dos novos propósitos da atividade intelectual (a tarefa patriótica na construção nacional) a criação de novos instrumentos (uma literatura independente) para a expressão das temáticas que surgiam (o orgulho patriótico). Essa nova configuração constitui a proposta editorial que empolga a revista Nitheroy. Buscando dar vazão à mencionada reforma, os jovens redatores da publicação apresentaram uma série de trabalhos sintonizados com esse espírito renovador.

Ainda que cada trabalho publicado reserve uma singularidade muito específica, reunidos, os artigos apresentados à Nitheroy, compõe um mosaico de idéias caracterizado por uma acentuada ânsia de ruptura com o passado colonial.

Carregando de culpa as empresas do colonizador português, baseadas, sobretudo em formas de opressão estética e material, na revista Nitheroy é proposta uma ruptura com os valores coloniais, representados principalmente pelas normas clássicas e universalizantes que impediam a manifestação das particularidades brasileiras do espírito e da natureza. O passado, portanto, haveria de ser corrigido, mas, para isso, era mister abandonar a cultura da imitação e da generalização imposta pelos padrões portugueses.⁴²

A “correção do passado” exigiria, portanto, a adoção de dois princípios interligados. De um lado o rompimento com o processo de dominação colonial, expresso no sentimento antilusitano e no abandono da estética portuguesa; de outro a inserção do Brasil no universo civilizado ocidental, presente, sobretudo, nas manifestações das peculiaridades nacionais.

Ainda assim é necessário observar que a ruptura proposta nas páginas da revista Nitheroy não encontrou eco imediato na realidade histórica do país. Com isso, embora a construção imagética da sociedade brasileira buscasse uma diferenciação com o colonialismo português, após a Independência e, por mais de meio século, foi mantido o modelo colonial assentado no escravismo, no provincianismo e na mentalidade patriarcal.

As idealizações projetadas pelos redatores da Nitheroy assumiram a complexa tarefa de propor uma reforma da sociedade brasileira a partir do abandono das tradições culturais herdadas, cultuadas e cultivadas por mais de três séculos de domínio colonial. Embora crenes na idéia de que a implantação do que chamavam “processo civilizatório” fosse meramente uma questão de tempo, os idealizadores da revista elaboraram então discursos cuja sustentação ideológica encontrava-se ora na análise histórica superficial, ora em simples conceitos morais de filiação cristã.

Nessa elaboração as contrariedades e complexidades do universo brasileiro desaparecem diante da suposição teleológica do colapso da instituição escravista e do abandono da mentalidade aristocrática. O Brasil que aparece no discurso fundador, exposto nas páginas da revista Nitheroy, é, portanto, ambíguo. Ao Brasil inserido no projeto modernizador, ocidentalizante, imbuído do espírito ilustrado dos novos tempos, enfim, ao Brasil independente, se junta o Brasil do atraso, do pelourinho, da indústria defasada, o Brasil colonial.

O confronto entre esses dois Brasis é estimulado nos artigos apresentados à Nitheroy. Da luta acirrada entre esse Brasil moderno e industrial e o Brasil desprovido do espírito criador, revelam-se os propósitos da empresa editorial comandada por Gonçalves de Magalhães, Torres Homem e Araújo Porto alegre. O choque entre o Brasil que procura impor os novos paradigmas civilizatórios e o Brasil que preserva o universo mental herdado do antigo regime, denuncia os objetivos da revista Nitheroy: estender a independência política para o campo da economia, da literatura, da ciência, enfim, das letras e artes em geral.

Comprometidos com essa ambiciosa pretensão os jovens redatores do periódico acreditavam que ela só seria alcançada a partir da dilatação dos efeitos da emancipação política para todas as esferas da vida brasileira.

Para isso, detectavam-se pré-condições para a realização de suas idealizações que não vinham de fonte puramente abstrata: a imagem de Brasil grande, de natureza paradisíaca, exótica, manancial inesgotável para o enobrecimento da vida espiritual e material é enfocada, sobretudo nos artigos que tratam de literatura, artes e filosofia; em contraposição, os artigos sobre economia e crédito público, relações de trabalho, ciências e técnicas de melhoramento da produção agrícola e educação industrial oferecem alternativas e desnudam a imagem de um Brasil grotesco, escravocrata, violento, atrasado e supersticioso, resquícios do passado dominado pelo português.⁴³

Seguindo as análises da historiadora Maria Orlanda Pinassi, fica evidente que as imagens sobre a civilização brasileira, construídas pela primeira geração romântica em seus trabalhos publicados na revista Nitheroy, revelam um jogo sutil de conceitos em oposição.

Isso significa dizer que no momento em que procura oferecer respostas às questões que surgem com o movimento de 1822, a jovem intelectualidade brasileira recorre a uma análise de apelo maniqueísta. Portanto, os trabalhos publicados na Nitheroy apresentam abordagens diametralmente opostas de acordo com as imagens que se quer construir.

* O presente artigo é resultado da dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília sob o título “*O jogo das tradições: a idéia de Brasil nas páginas da revista Nitheroy (1836)*”, trabalho esse desenvolvido com financiamento da CAPES.

** Pedro Ivo C Teixeira é Mestre em Historiografia e História das Idéias pela Universidade de Brasília.

¹ Segundo o professor Antônio Soares Amora, em sua apresentação crítica à edição fac-similar da revista Nitheroy, o nome dado à publicação evocava a Baía de Nitheroy, mais tarde, Baía da Guanabara, exaltada por Gonçalves de Magalhães, no canto VI do poema *A Confederação dos Tamoios* (1856). (Nitheroy! Nitheroy! Como és formoso/ Eu me glorio de dever-te o berço/ Montanha, várzeas, lagos, mares, ilhas, / Prolífica natura, céu ridente, / Léguas e léguas de prodígios tantos/ Num todo tão harmônico e sublime. / Onde os olhos o verão longe deste Éden? [...] Não és belo assim, cerúleo golfo de Nápoles/ meu pátrio Nitheroy te excede em galas/ Na grandeza sem par muito te excede.)

² Para o presente estudo foi utilizada a edição fac-similar publicada pela Academia Paulista de Letras.

³ Nos dois únicos volumes da Nitheroy não há indicação expressa dos redatores ou mesmo dos diretores da revista. Na introdução à mencionada edição fac-similar da Nitheroy, Plínio Doyle afirma que as informações colhidas nas páginas da publicação geram dúvidas. Citando artigo publicado no segundo volume da Nitheroy, no qual Eugéne de Monglave declara “*Des quatre rédacteurs de cette première livraison, trois appartiennent à L’Institut Historique, MM. Torres Homem, de Magalhaens et Araújo Porto Alegre*”, Doyle questiona a identidade do mencionado quarto redator da revista. No presente trabalho serão mencionados como redatores todos aqueles que assinaram artigos publicados na revista. No entanto, como editores/diretores da publicação serão considerados apenas Gonçalves de Magalhães, Torres Homem e Araújo Porto Alegre, de acordo com as indicações contidas no Catálogo da Exposição de História do Brasil, 1881, v.9 dos anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p.440, n.5.156. Com o mesmo espírito, o estudo sobre a Nitheroy, de autoria de Antônio Amora Soares, no Suplemento literário d’O Estado de São Paulo, nº 393, de 15/08/1964, reproduzido em *Classicismo e Romantismo no Brasil*, 1966, Coleção Ensaio da Comissão de Literatura do Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, p.103, e ainda, Hélio Lobo em *Manuel de Araújo Porto Alegre – ensaio bibliográfico*, publicação da Academia Brasileira de Letras (1938).

⁴ Nitheroy, revista brasiliense, sciencias, letras e artes. “Ao leitor [apresentação S.A], In: *Nitheroy, revista brasiliense, sciencias, letras e artes*, Tomo I, Nº I, Paris (1836)

⁵ No ano de 1836, Domingos José Gonçalves de Magalhães publica, em Paris, o poema *Suspiros poéticos e saudades*.

⁶ Holanda, S. Buarque de. “A herança colonial - sua desagregação”, in Holanda, S. Buarque de (org) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

⁷ Malerba, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁸ Lima, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

⁹ Lima, Oliveira. Op. Cit, pp. 43

¹⁰ Norton, Luis. *A corte de Portugal no Brasil*. São Paulo: Brasiliana, 1938.

¹¹ Apesar dos inúmeros estudos acerca da chegada da Corte portuguesa em terras brasileiras não há consenso na produção historiográfica sobre o número exato de “hóspedes provisórios” que por aqui desembarcaram em 1808.

¹² Holanda, S. Buarque de. Idem, pp. 11

¹³ Carvalho, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁴ Hobsbawm, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹⁵ Silva, Joaquim Noberto de Sousa, citado in Serra, Tânia Rebelo Costa. O mapeamento do “DNA” literário brasileiro e a “Outra independência”, <http://www.unicamp.br/iel/histlist/tania2.htm>, 31/07/2002.

¹⁶ Padilha, Solange. “O imaginário da nação nas alegorias e indianismo romântico no Brasil do século XIX”.

¹⁷ Martins, Wilson. *História da inteligência brasileira – Vol. II*: São Paulo, T.A Queiroz, 1993.

¹⁸ Magalhães, D J G de. *Obras completas*. Viena: Imperial e Real tipografia, 1865. T. VIII: Opúsculos históricos e literários (*Discurso sobre a história da literatura do Brasil*)

¹⁹ Ainda que sejam identificadas, nos estudos sobre a revista Nitheroy, inúmeras referências a Manuel Moreira Neves, como financiador da empresa editorial publicada em Paris, nenhum outro dado biográfico foi localizado para estruturar um perfil mais preciso desse negociante brasileiro.

²⁰ Gonçalves de Magalhães, D.J. “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil – estudo preliminar”, in Nitheroy, revista brasiliense: ciências, letras e artes. Edição Fac-similar: São Paulo: Biblioteca Academia Paulista de Letras, 1978.

²¹ O volume referido é o poema *Suspiros poéticos e saudades*, publicado em Paris pela Paris Mausot.

²² A alusão feita por Sérgio Buarque de Holanda faz referência à obra *Prefácio de Cromwell* de autoria de Victor Hugo publicada no ano de 1827. Segundo o crítico Pierre Grosclaude a citada obra só veio a público após anos de laboriosos estudos. Na avaliação desse autor “*La Préface de Cromwell est un événement littéraire capital*.”

Elle est à la fois l'aboutissement d'une évolution des esprits, le résultat d'une fermentation profonde – et l'expression achevée de ce travail intérieur qui s'est effectué dans la pensée du jeune Hugo depuis ses premières productions poétiques”.

²³ Holanda, S.B. de. Prefácio literário in, Magalhães, D.J.Gonçalves de. *Suspiros poéticos e saudades*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; INL – Instituto Nacional do Livro, 1986.

²⁴ Holanda, S.B. de. Op. cit, pg 13.

²⁵ Holanda, S.B. de. Idem, p.14.

²⁶ Pinassi, Maria Orlanda. Três devotos, uma fé, nenhum milagre: Nitheroy Revista Brasiliense de Ciências e Artes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

²⁷ Amora, Antônio Soares. O romantismo. São Paulo: Cultrix,1967.

²⁸ Amora, Antônio Soares. op. cit., p.14.

²⁹ Pinassi, Maria Orlanda. op.cit p.54.

³⁰ Nitheroy, revista brasiliense, ciencias, letras e artes. “Ao leitor [apresentação S.A], In: op. cit, p.5.

³¹ Idem, p.7.

³² Soares, Antônio Amora. Idem, p.18.

³³ Candido, Antonio. *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

³⁴ Soares, Antônio Amora. Ibidem, p.20.

³⁵ Soares, Macedo. “Considerações sobre a atualidade de nossa literatura”, III, EAP, Nº 3-4, p.396., cit in Candido, Antonio. Ibidem.

³⁶ Veríssimo, José. *História da Literatura brasileira – de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1998.

³⁷ Veríssimo, José, op. cit., p.16.

³⁸ Veríssimo, José, Idem.,p.19.

³⁹ Candido, Antonio. op.cit., p.143.

⁴⁰ Idem, p.156.

⁴¹ Ibidem, p.14.

⁴² Pinassi, Maria Orlanda. Ibidem.,p. 24.

⁴³ Ibidem., p. 21.